

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIAGENS, ALOJAMENTO E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

Artigo 1.º Identificação do procedimento	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º Consulta preliminar ao mercado	3
Artigo 4.º Decisão de contratar.....	3
Artigo 5.º Escolha do procedimento pré-contratual.....	4
Artigo 6.º Disponibilização e consulta do procedimento	4
Artigo 7.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais	5
Artigo 8.º Qualificação dos candidatos.....	6
Artigo 9.º Requisitos mínimos de capacidade técnica.....	6
Artigo 10.º Requisitos mínimos de capacidade financeira	6
Artigo 11.º Documentos que constituem a candidatura.....	7
Artigo 12.º Prazo e modo de apresentação de candidaturas	7
Artigo 13.º Idioma dos documentos	8
Artigo 14.º Candidatos	8
Artigo 15.º Modalidade jurídica de associação.....	9
Artigo 16.º Relatórios do júri e audiência prévia na fase de qualificação	10
Artigo 17.º Prazo para a decisão de qualificação	10
Artigo 18.º Convite à apresentação de propostas	10
Artigo 19.º Critério de adjudicação	10
Artigo 20.º Leilão	11
Artigo 21.º Documentos de habilitação	11
Artigo 22.º Legislação aplicável.....	12

Artigo 1.º | Identificação do procedimento

1. O procedimento designa-se por Concurso Limitado por Prévia Qualificação, n.º 146/SCP-DCP/SUSTENTÁVEL 2030/2025, para aquisição de serviços de viagens, alojamento e outros serviços complementares, com publicação de anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, previsto e regulado nos termos dos artigos 162.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos na sua redação atual, doravante identificado como **Concurso**.
2. O Concurso rege-se pelo disposto no presente Programa de Procedimento, e respetivos anexos, Caderno de Encargos, e seus anexos, Convite, e, em tudo aquilo em que as referidas peças procedimentais sejam omissas ou desconformes, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação especial aplicável em razão da matéria.

Artigo 2.º | Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é o Estado Português, através da Secretaria-Geral do Ambiente, no âmbito do Projeto 14672 – Assistência Técnica do Sustentável 2030 (2023-2026), identificada sob o Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 600 086 330, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º, conjugada com o n.º 1 do artigo 36.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, doravante abreviado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
2. O procedimento é conduzido pela Secretaria-Geral do Ambiente, através da Direção de Serviços de Compras Públicas/ Divisão de Contratação Pública, com o NIPC 600 086 330, sita na Rua de “O Século” n.º 63 – 3.º, 1200-433 Lisboa, com os seguintes contactos: telefone n.º 213 231 500, fax n.º 213 231 530 e endereço eletrónico: dcp@sgambiente.gov.pt.

Artigo 3.º | Consulta preliminar ao mercado

A entidade adjudicante não efetuou a consulta preliminar ao mercado prevista no artigo 35.º-A do CCP.

Artigo 4.º | Decisão de contratar

A decisão de contratar foi precedida da obtenção de todos os pareceres prévios e autorizações necessárias, tendo sido proferido despacho do Senhor Secretário-Geral, de 14/05/2025, exarado na Informação n.º 9433/2025/SG/SCP/DCP, no âmbito do Contrato de Assistência Técnica do Sustentável 2030, enquadrado no Projeto 14672 – agrupamento 02, cofinanciada pelo Fundo de Coesão.

Artigo 5.º | Escolha do procedimento pré-contratual

O presente procedimento pré-contratual segue a modalidade de Concurso Limitado por Prévia Qualificação, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, conjugado com o disposto nos artigos 162.º e seguintes do CCP.

Artigo 6.º | Disponibilização e consulta do procedimento

1. O acesso à plataforma eletrónica de compras públicas *acinGov* é gratuito e depende de registo prévio no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>.
2. Mediante o acesso à plataforma eletrónica, permite-se o acesso ao procedimento e às respetivas peças, sendo possível efetuar a consulta de todos os atos que devam ser publicados, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, abreviadamente designadas por plataformas eletrónicas, estabelecendo os requisitos e as condições a que as mesmas devem obedecer e a obrigação de interoperabilidade com o Portal dos Contratos Públicos e com outros sistemas de entidades públicas.
3. O procedimento é constituído pelos seguintes documentos:
 - a) Anúncio;
 - b) Programa de Procedimento e respetivos anexos, enquanto suas partes integrantes:
 - i. Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
 - ii. Anexo II – Modelo da avaliação das propostas que inclui as regras do sorteio;
 - iii. Anexo III – Modelo de declaração de prevalência de tradução;
 - iv. Anexo IV – Modelo de declaração Bancária, a que se refere o anexo VI ao Código dos Contratos Públicos;
 - v. Anexo V – Modelo da declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
 - c) Caderno de Encargos e seus anexos, enquanto suas partes integrantes:
 - i. Anexo I – Requisitos técnicos mínimos.
 - d) Convite e respetivos anexos, enquanto suas partes integrantes;

- i. Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
 - ii. Anexo II – Formulário da Proposta.
4. O procedimento a que se refere o n.º 3 integra ainda, se for caso disso, as retificações e esclarecimentos que venham a ser prestados nos termos definidos no presente Programa do Procedimento.
5. A *acinGov*, enquanto responsável pela plataforma eletrónica, disponibiliza a todos os interessados os contactos de apoio à sua utilização.
6. No caso de não serem identificadas quaisquer anomalias na plataforma eletrónica, os interessados são os únicos responsáveis pelos atrasos nos atos que praticarem no procedimento, tais como, a submissão de pedidos de esclarecimentos, de erros e omissões, entrega de propostas, de pronúncias em sede audiência prévia e de reclamações, e, ainda, em todas aquelas que no decorrer do procedimento estejam sujeitas a um prazo estipulado na legislação em vigor, ou fixado pela Entidade Adjudicante ou pelo Júri.

Artigo 7.º | Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, ao Júri, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 50.º do CCP.
2. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do Contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O Júri deve prestar os esclarecimentos solicitados; e
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 3, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, notificando-se desse facto todos os interessados.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º | Qualificação dos candidatos

1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação nos termos do artigo 179.º do CCP.
2. São qualificados todos os candidatos que cumpram os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

Artigo 9.º | Requisitos mínimos de capacidade técnica

Os requisitos mínimos de capacidade técnica que os candidatos devem preencher, de modo a dar cumprimento ao n.º 10, da Parte B, da RCM n.º 132/2023, publicada no DRE n.º 207, 1.ª Série, de 25 de outubro de 2023, são os seguintes:

- a) Certificação de acreditação da IATA (International Air Transport Association) para promover e vender o transporte aéreo internacional de passageiros, válida em 2025;
- b) Certificação ISO 14001 pela International Organization for Standardization, para atividade relacionada com o objeto do contrato a celebrar, ou equivalente, considerando-se equivalentes a certificação Biosphere, a certificação Travelife Partner Standard for Tour Operators, ou outras certificações desde que no âmbito do ambiente, válidas em 2025.

Artigo 10.º | Requisitos mínimos de capacidade financeira

1. Para efeitos de aferição da capacidade financeira, os candidatos devem preencher o seguinte requisito mínimo:

- Média aritmética do Volume de Negócios dos exercícios de 2022 e 2023 igual ou superior a 100.000,00 €, obtida através da Informação Empresarial Simplificada (IES) dos referidos anos.
- 2. Considera-se que equivale ao preenchimento do requisito mínimo de capacidade financeira nos termos do número anterior, a apresentação de declaração bancária conforme modelo constante do anexo VI ao CCP (Anexo IV do presente documento), nos termos conjugados com o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 179.º do CCP.

Artigo 11.º | Documentos que constituem a candidatura

1. A candidatura deve ser obrigatoriamente constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborado com base no documento do Anexo I, através do site <https://espd.uzp.gov.pl/> em formato não editável do tipo pdf;
 - b) Os certificados que comprovem que o candidato cumpre os requisitos de capacidade técnica exigidos no artigo 9.º do presente Programa de Procedimento.
 - c) Documentos que permitam aferir a capacidade financeira do candidato em conformidade com o exigido no artigo 10.º do presente Programa de Procedimento.
 - d) Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, caso o certificado digital não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura;
 - e) Documento oficial indicando o poder de representação conferido por cada um dos membros do agrupamento, quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente;
 - f) Outros elementos que o concorrente considere relevantes.

Artigo 12.º | Prazo e modo de apresentação de candidaturas

1. A candidatura deve ser exclusivamente apresentada na plataforma eletrónica referida no artigo 6.º, até às 23:59 horas do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República Eletrónico e no Jornal Oficial da União Europeia, devendo, para o efeito, o interessado possuir um certificado digital qualificado, de acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. A receção das candidaturas será registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

3. O prazo determinado no n.º 1 é contínuo, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 470.º do CCP.
4. Os documentos identificados no n.º 1 do artigo anterior devem ser apresentados em ficheiros separados correspondentes a cada uma das alíneas indicadas e ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada do(s) representante(s) legais com poderes para obrigar o candidato, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à candidatura os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 13.º | Idioma dos documentos

1. Sem prejuízo da possibilidade de recurso a palavras e, ou, expressões em língua estrangeira, todos os documentos destinados à qualificação dos candidatos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do art.º 169.º do CCP.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos referidos no número anterior estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o candidato fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, e sobre a qual declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, nos termos do modelo que constitui o Anexo III ao presente Programa de Procedimento.

Artigo 14.º | Candidatos

1. É candidata a entidade que, não se encontrando impedida para o efeito, nos termos do artigo 55.º do CCP, participar no procedimento mediante a apresentação de uma candidatura.
2. O registo de qualquer um dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP, implica a exclusão do candidato, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre.
3. No caso dos agrupamentos, o registo, por parte de qualquer uma das respetivas entidades constituintes, de qualquer um dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP, impede a admissão do agrupamento no procedimento.
4. O disposto nos n.ºs 2 e 3 não prejudica a aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 55.º e no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

Artigo 15.º | Modalidade jurídica de associação

1. Os interessados podem apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão, e apenas essas, se associem, antes da celebração do Contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede em Portugal, com a indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, e possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Concurso.
2. Todos e cada um dos membros de um agrupamento candidato são solidariamente responsáveis perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da sua candidatura, assumindo as consequências legais.
3. Qualquer alteração na composição do agrupamento concorrente terá que ser autorizada pela Entidade Adjudicante, sob pena de exclusão do Concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se esse for o caso.
4. Se algum dos elementos deixar de fazer parte integrante do agrupamento concorrente, a sua quota de responsabilidade transitará, na íntegra, para os restantes elementos, sem prejuízo de a Entidade Adjudicante, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
5. No caso de Consórcio Externo, para além da indicação da percentagem de participação de cada uma das entidades, deverá designar-se uma delas para o desempenho das funções de “chefe de consórcio”, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes.
6. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das entidades do agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do agrupamento concorrente, seja qual for a fase em que o Concurso se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes entidades do agrupamento concorrente relativa aos prejuízos causados à Entidade Adjudicante pela sua exclusão.
7. Nenhuma entidade pode figurar em mais do que um agrupamento concorrente, nem apresentar -se integrada num agrupamento, caso concorra individualmente, sob pena de exclusão.
8. Os agrupamentos que, à data de apresentação da sua proposta/candidatura, já se encontrem legalmente constituídos sob a forma de Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária, instruirão a sua proposta/candidatura com um documento comprovativo de tal constituição.

Artigo 16.º | Relatórios do júri e audiência prévia na fase de qualificação

1. Após análise das candidaturas e aplicação dos critérios de qualificação, o júri elabora relatório preliminar fundamentado, no qual propõe a qualificação dos candidatos e também a exclusão das candidaturas, nos termos do n.º 2 do art.º 184.º do CCP, o qual é enviado a todos os candidatos, para, em prazo não inferior a 5 dias, se pronunciarem ao abrigo do direito de audiência prévia.
2. Cumprido o disposto no número anterior, o júri elabora relatório final fundamentado, mantendo ou modificando o teor das conclusões do relatório preliminar, o qual é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para decisão sobre as propostas de qualificação dos candidatos.

Artigo 17.º | Prazo para a decisão de qualificação

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de qualificação e notificá-la aos candidatos, acompanhada do relatório final da fase de qualificação, no prazo máximo de 60 dias úteis contados do termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.
2. Juntamente com a notificação da decisão de qualificação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar os candidatos para, no prazo de 5 dias, procederem à apresentação dos documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira exigidos no programa do concurso.

Artigo 18.º | Convite à apresentação de propostas

Com a notificação da decisão de qualificação, o órgão competente para a decisão de contratar envia aos candidatos qualificados, em simultâneo, um convite à apresentação de propostas.

Artigo 19.º | Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita através da modalidade multifator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.
2. Os fatores e eventuais subfatores que densificam o critério de adjudicação constam do Anexo III – Modelo de avaliação de propostas.
3. Em caso de empate, a adjudicação será efetuada à proposta que, consecutivamente apresentar:
 - a) Menor preço apresentado para a Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços até 3 pessoas (TUFPS-3);

- b) Menor preço apresentado para a Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços entre 4 a 9 pessoas (TUFPS4-9);
 - c) Menor preço apresentado para a Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços para 10 ou mais pessoas (TUFPS+10).
 - d) Menor preço apresentado para a Taxa fixa para realização de check-in (CHECKIN).
4. Caso se mantenha a igualdade após a aplicação dos critérios anteriores, o desempate será efetuado por sorteio, sendo notificados, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, todos os concorrentes da data, hora e local a efetuar o mesmo.

Artigo 20.º | Leilão

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 21.º | Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do mesmo diploma legal e por correspondência para com o Anexo V do presente Programa do Procedimento;
 - b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
 - c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de setembro;
 - d) Certificado do registo criminal da pessoa coletiva;
 - e) Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa emitidos pela autoridade competente, para comprovação negativa das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - f) Certidão permanente do registo comercial;

- g) Registo de beneficiário efetivo, em conformidade com regime jurídico do Registo Central de Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na *internet*, o adjudicatário pode, em sua substituição, indicar o código e endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, nos termos do artigo 86.º do CCP.
 3. Os documentos identificados no número anterior devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, no caso de estarem redigidos noutra língua.
 4. Quando os documentos de habilitação se encontrem redigidos em língua estrangeira por força da sua própria natureza ou origem, o adjudicatário pode substituí-los através da apresentação de uma declaração solene, sob compromisso de honra, assinada perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado, acompanhada de tradução devidamente legalizada, e sobre a qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre a referida declaração, nos termos do modelo que constitui o Anexo III ao presente Programa de Procedimento.
 5. Para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do referido artigo 86.º, o adjudicatário tem o prazo adicional de 5 (cinco) dias para apresentar os novos documentos.

Artigo 22.º | Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Programa de Procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Anexo I

DEUCP

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborado com base no documento do Anexo I através do site <https://espd.uzp.gov.pl/>.

Anexo II

Modelo de avaliação de propostas, que inclui as regras do sorteio

1. Objeto

O presente modelo de avaliação das propostas insere-se no âmbito do artigo 139.º do CCP e visa a avaliação das propostas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação, n.º 146/SCP-DCP/SUSTENTÁVEL 2030/2025, para aquisição de serviços de viagens, alojamento e outros serviços complementares.

2. Fatores que densificam o critério de adjudicação

As propostas são avaliadas tendo em conta os seguintes fatores elementares e respetivos coeficientes de ponderação:

A – Preço – 0,90

B – Solução de alojamento urgente em viagem – 0,10

3. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o fator A - Preço

Para o fator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas consiste nos seguintes passos:

- a) Determinação, para a proposta p, do indicador do preço (p), através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Indicador do preço (p)} = 0,850 \times \text{Preço proposto TUFPS-3(p)} + 0,075 \times \text{Preço Proposto TUFPS4-9 (p)} + 0,050 \times \text{Preço Proposto TUFPS10(p)} + 0,025 \times \text{Preço Proposto CHECKIN(p)}$$

Em que:

- **Preço proposto TUFPS-3 (p)** é a Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços até 3 pessoas, inclusive, conforme definição de TUFPS do Caderno de Encargos, apresentada na proposta p;
- **Preço proposto TUFPS4-9 (p)** é a Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços para 4 até 9 pessoas, inclusive, conforme definição de TUFPS do Caderno de Encargos, apresentada na proposta p;

- **Preço proposto TUFPS10+ (p)** é a Taxa Única Fixa por Pedido de Serviços para 10 ou mais pessoas, conforme definição de TUFPS do Caderno de Encargos, apresentada na proposta p;
- **Preço proposto CHECKIN (p)** é a Taxa fixa para realização de check-in, por Pedido de Serviços, conforme definição do Caderno de Encargos, apresentada na proposta p.

b) Cálculo da pontuação parcial de uma proposta p , $PP_A(p)$ obtida através da seguinte expressão matemática:

$$PP_A(p) = \frac{22,375 - \text{Indicador do preço}(p)}{22,375} \times 100$$

4. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o fator B - Solução de alojamento urgente em viagem

Para o fator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas consiste na aplicação da seguinte expressão:

- Se o concorrente se compromete à solução de alojamento urgente em viagem (resposta “Sim”),
 $PP_B(p) = 100$
- Se o concorrente não se compromete à solução de alojamento urgente em viagem (resposta “Não”),
 $PP_B(p) = 0$

A solução de alojamento urgente em viagem está definida no ponto III do anexo I do caderno de encargos.

5. Modelo de avaliação global e ordenação final das propostas

A pontuação global $PG(p)$ de cada proposta p é obtida através da seguinte fórmula:

$$PG(p) = \sum_{j=A}^B PP_j(p) \times CP_j$$

Em que:

- $PP_j(p)$ é a pontuação parcial que expressa numericamente a pontuação da proposta p em termos do fator elementar j ($j = A$ e B), conforme indicado nos dois pontos anteriores;

- CP_j é o coeficiente de ponderação do fator elementar j definido no ponto 2.

6. Regras do sorteio

Considerando que da aplicação do critério de adjudicação e da análise efetuada pelo júri às propostas admitidas, verifica-se uma situação de empate de propostas apresentadas pelos concorrentes;

Considerando que, após realização de Audiência Prévia, mediante disponibilização do Relatório Preliminar, nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, manteve-se a situação de empate entre as propostas admitidas;

Proceder-se-á ao desempate das propostas a efetuar por sorteio, em conformidade com o disposto no n.º 4 do referido artigo 19.º do Programa do Procedimento, nos seguintes termos:

- a) Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o mesmo, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no Programa do Procedimento;
- b) A realização do sorteio terá lugar nas instalações da Secretaria-Geral do Ambiente, sitas na Rua de “O Século”, n.º 51, em Lisboa.
- c) A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:

1.ª Posição – Bola n.º 1

2.ª Posição – Bola n.º 2

(...)

E assim sucessivamente tendo em conta a quantidade de propostas empatadas.

A ordem de retirada das bolas seguirá a ordem de receção das propostas na plataforma eletrónica de contratação;

- d) Credenciação dos concorrentes por ordem de chegada;

- e) Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes.

Anexo III

Modelo de declaração de prevalência de tradução

[●] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [●] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada, para efeitos do disposto no Programa do Concurso Público para a [●] (objeto do procedimento), aceita que as traduções apresentadas nos documentos que acompanham a sua proposta/candidatura prevalecem, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Local e Data: _____, ____/____/____

Assinatura do(s) representante(s) legal(is), identificado(s) e com menção da qualidade em que assina(m):

Anexo IV

Modelo de declaração Bancária, a que se refere o anexo VI ao Código dos Contratos Públicos.

Procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), cujo anúncio foi publicado no *Diário da República* de..., e no *Jornal Oficial da União Europeia* de... (se aplicável)

... (designação, número de identificação fiscal e sede) (adiante, instituição de crédito), neste ato representada por... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de... (qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra), com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) (adiante, candidato) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

- a) A instituição de crédito obriga -se, perante o candidato e... (designação, número de identificação fiscal e sede da entidade adjudicante), a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;
- b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;
- c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

... (local),... (data),... (assinatura).

Anexo V

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º